

RENDA E ACESSO A BENS DE CONSUMO NOS DOMICÍLIOS RURAIS: Uma Análise a Partir das Atividades Pluriativas e não Agropecuárias

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12831>

Recebido em: 27/10/2021

Aceito em: 18/4/2022

Daiane Felix Santiago Mesquita¹, Carlos Alves do Nascimento²,
Patrícia Veronica Pinheiro Sales Lima³

RESUMO

O acesso a bens de consumo duráveis ainda é limitado no meio rural, especialmente no Nordeste. Diante dessa realidade, o presente artigo tem como objetivo analisar se a maior renda auferida pelas atividades pluriativas e não agropecuárias concretiza-se no maior acesso a bens duráveis. Os dados foram coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). As famílias estudadas foram as agropecuárias, pluriativas e não agropecuárias, das Regiões Nordeste e Sul, no período de 2002 a 2015. A metodologia empregada foi a análise tabular, taxas de crescimento da série de tempo e teste de Kruskal-Wallis. Os resultados mostraram que, no geral, as famílias não agropecuárias garantiram os maiores acessos aos bens de consumo, contudo as famílias rurais (independentemente da aditividade praticada) dão prioridade a itens mais essenciais, como geladeira, fogão e televisão. A comparação entre o Nordeste e o Sul mostrou que as condições socioeconômicas da região influenciam, sobremaneira, em tais acessos com melhores resultados para a Região Sul. Acredita-se que para superar essa situação de precariedade com que o rural ainda se depara, é necessária a ação energética do Estado na forma de políticas públicas de incentivo às atividades não agropecuárias.

Palavras-chave: bens de consumo duráveis; atividades pluriativas e não agropecuárias; rural.

INCOME AND ACCESS TO CONSUMER GOODS IN RURAL HOUSEHOLDS: AN ANALYSIS FROM PLURIACTIVE AND NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES

ABSTRACT

Access to durable consumer goods is still limited in rural areas, especially in the Northeast. In view of this reality, the present article aims to analyze whether the greater income earned by pluriactive and non-agricultural activities is materialized in greater access to durable goods. Data were collected from the National Household Sample Survey (PNAD/IBGE), the families studied were agricultural, pluriactive and non-agricultural, from the Northeast and South regions, from 2002 to 2015. The methodology used was tabular analysis, rates growth of the time series and Kruskal-Wallis test. The results showed that, in general, non-agricultural families guaranteed the greatest access to consumer goods, however, rural families (regardless of the additivity practiced) give priority to more essential items, such as refrigerator, stove and television. The comparison between the Northeast and the South showed that the socio-economic conditions of the region greatly influence these accesses with better results for the South. It is believed that to overcome this precarious situation that the rural still faces, action is necessary energy in the form of public policies to encourage non-agricultural activities.

Keywords: durable consumer goods; pluriactive and non-agricultural activities; rural.

¹ Autora correspondente: Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6889923681561091>. <https://orcid.org/0000-0002-8867-8283> daianefelix_23@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8251036338971024>. <https://orcid.org/0000-0003-3495-8076>

³ Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq /Brasil. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7172491133426747>. <https://orcid.org/0000-0002-6622-3640>

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o acesso a bens e serviços é considerado um aspecto essencial para uma vida satisfatória (IBGE, 2016). Além de ser visto como uma necessidade, o consumo de bens duráveis é um direito fundamental humano. Em 2015, porém, apenas 64,6% das famílias nordestinas possuíam fogão no domicílio, e no Sul esse percentual correspondia a 49,8% para o mesmo ano, conforme os microdados da PNAD.

Embora esse cenário tenha apresentado avanços consideráveis nos últimos anos, os dados dão ciência de que ainda persiste no rural brasileiro um baixo acesso a bens de consumo duráveis comparativamente ao urbano. A privação dos itens de consumo duráveis pode ser atribuída à baixa renda da população rural, especialmente a nordestina. Logo, percebe-se que, para o acesso a tais melhorias, é necessário que haja um incentivo às atividades que gerem renda.

Nesse caso, surgem as atividades pluriativas e não agropecuárias como alternativas de renda no meio rural. Conforme Mesquita, Nascimento e Lima (2020), essas atividades crescem e proporcionam maiores rendimentos (em relação às atividades agropecuárias) no rural nordestino. A reduzida oportunidade de trabalho no meio rural do Nordeste, oriunda das suas próprias condições socioeconômicas, contudo, tem como consequência um representativo número de pessoas com menor renda e dependentes dos programas sociais (comparativamente à Região Sul). Esse cenário tem como efeitos desabonadores a perpetuação da pobreza e a precariedade das condições sociais das famílias rurais nordestinas.

No caso brasileiro, a comparação entre o Nordeste e o Sul torna-se oportuna, pois essas duas regiões apresentam condições socioeconômicas bastante divergentes e grupos de famílias praticando a mesma atividade (como a pluriatividade), mas com características econômicas também distintas, o que, naturalmente, pode repercutir no acesso a bens de consumo duráveis. Este artigo, portanto, tem como *objetivo* analisar se a maior renda auferida pelas atividades pluriativas e não agropecuárias concretiza-se no maior acesso a bens duráveis. A análise envolve as áreas rurais nordestina e sulina.

A motivação para tal deve-se ao fato de as famílias rurais, especialmente as nordestinas, não conseguirem garantir altas rendas (mesmo inseridas em atividades não agropecuárias), o que provavelmente limita as melhorias sociais dessas famílias. A contribuição deste artigo – referenciado em estudos que abordam esse tema na perspectiva da pobreza rural – está no fato de investigar o acesso das famílias rurais às variáveis sociais (bens de consumo duráveis) por tipo de atividade, ao contrário dos trabalhos existentes na literatura que investigam tais acessos para todas as famílias em geral (indistintamente). Ressalta-se que são quase inexistentes os estudos que analisam a relação entre tipos distintos de famílias rurais e o acesso das mesmas a bens de consumo. Como referências que se aproximam dessa temática, é possível citar o estudo de Kageyama e Hoffmann (2006), que analisaram o impacto da renda sobre condições habitacionais no Brasil; Kreter, Del-Vacchio e Staduto (2015), que seguiram a mesma ideia, porém se concentrando no Nordeste; o estudo de caso no Rio Grande do Sul elaborado por Schneider *et al.* (2006), que adotaram as variáveis de bens de consumo; e a pesquisa de Caldas e Sampaio

(2015), que utilizaram variáveis habitacionais e de consumo, contudo sem diferenciar rural e urbano.

Para atender ao objetivo proposto, este artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. A primeira seção expõe uma breve revisão da literatura acerca da relação entre a pobreza rural e o acesso das famílias ao consumo de bens duráveis. Na segunda seção estão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica realizada. A seção seguinte, por sua vez, contempla a análise e a discussão dos resultados da pesquisa. A última seção, por fim, apresenta as considerações finais seguidas das referências bibliográficas.

POBREZA RURAL E AS AÇÕES VOLTADAS PARA ESTIMULAR O CONSUMO DE BENS DURÁVEIS

Os estudos sobre a pobreza têm sido pauta recorrente dos debates nacionais e internacionais nos últimos anos (BOURGUIGNON; CHAKRAVARTY, 2003; LEMMI, 2005; SEN, 1981, 1997; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; YAZBEK, 2009; 2012; ROCHA, 2007; SILVA; SOUSA; ARAUJO, 2017). Esses trabalhos analisam a pobreza em todos os seus aspectos e concepções teóricas. Independente da abordagem do estudo, contudo, é unânime, na literatura que dialoga sobre esse tema, a inexistência de um consenso conceitual que mais bem represente ou defina a pobreza.

De maneira simplista (embora se reconheça a complexidade do fenômeno), a pobreza pode ser entendida com uma condição social de privação da população na sociedade na qual está inserida. Essa condição envolve múltiplas dimensões (além da renda), dentre elas o acesso a bens de consumo. Apesar de esse aspecto ainda estar longe de atingir patamares desejáveis nas periferias dos grandes centros urbanos, sabe-se que no meio rural o acesso a tal condição é ainda mais precário.

Com base nessa realidade, algumas ações e políticas públicas foram instituídas no rural com o objetivo de superar a pobreza nesse espaço. Na perspectiva da renda, o esforço mais conhecido foi o dos programas de transferências de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF) que, embora não tenha sido formulado diretamente para a realidade dessa zona, tem se consolidado como um importante vetor de geração de renda e redução da pobreza para as famílias beneficiadas do rural, inclusive para o segmento da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Conforme Batista (2018), o PFB impacta nas condições materiais de vida com possibilidades de acesso a eletrodomésticos essenciais em um domicílio, como a geladeira.

Dando sequência aos programas de transferência de renda, cita-se a previdência rural como a primeira ação voltada para a inclusão social no Brasil (SOARES; SÁTYRO, 2009), ao reconhecer, mesmo que tardiamente, uma parcela vulnerável da população até então menosprezada pelas políticas sociais: os/as trabalhadores/as rurais e o segmento da agricultura familiar.

As aposentadorias rurais são vistas como uma importante medida em prol da redução da pobreza no rural (SOARES; SÁTYRO, 2009; AQUINO; LACERDA, 2014; OLIVEIRA; AQUINO, 2017). Soares e Sátyro (2009) ressaltam a importância da política previdenciária, não apenas no aspecto de repasse de renda, mas, sobretudo, no reconhecimento do trabalho informal no campo, na medida em que desvinculou a exigência do trabalhador informal de contribuir

para o recebimento do benefício. Oliveira e Aquino (2017) reuniram elementos que atestam a importância da renda previdenciária na manutenção (ou sobrevivência) das famílias “com” ou “de” beneficiários, na dinâmica da economia local e no enfrentamento das secas periódicas no semiárido potiguar.

Além do PBF e as aposentadorias rurais, cita-se a redução de impostos no final da década de 2000 (que favoreceu o aumento do acesso a eletrodomésticos da chamada linha branca), os aumentos reais do salário mínimo, a expansão do crédito e a facilidade de pagamento (sem entrada mínima e parcelamentos mais estendidos) como medidas (mesmo que indiretamente) de estímulo à aquisição de bens duráveis de consumo.

Diante do exposto, foi possível notar que os esforços ainda são tímidos ante as necessidades das famílias rurais que ainda apresentam carências de bens duráveis básicos e indispensáveis em um domicílio. Ressalta-se, também, que poucas foram as intervenções voltadas diretamente para atender às particularidades de cada ambiente (rural-urbano). Na realidade, o que se observa é que as políticas públicas foram criadas para a população urbana e, posteriormente, foram adaptadas ou expandidas para o meio rural, como o PBF e as aposentadorias rurais. Essa não distinção de políticas para cada cenário gera níveis de pobreza desproporcionais entre os ambientes rural e urbano, e impõe limites para a superação da pobreza rural.

Ressalta-se como uma importante alternativa para a superação da pobreza rural o incentivo às atividades pluriativas e não agropecuárias. Janvry, Sadoulet e Zhu (2005) constataram que a pluriatividade foi o principal fator responsável pela redução da pobreza rural na província de Hubei, na China. No rural da Índia a atividade não agrícola reduziu a pobreza na região por intermédio de duas vias: diretamente, por meio da geração do emprego assalariado e informal, e, indiretamente, pelo impacto da renda não agrícola na renda familiar (HIMANSHU *et al.*, 2013). Taiwao e Kuponiyi (2013) mostraram que a inclusão de agricultores do sexo masculino em atividades não agrícolas na Nigéria resultou em melhorias sociais nos âmbitos alimentar, educacional e na saúde familiar. Na zona rural do Kedah, na Malásia (MAT; JALIL; HARUN, 2012), e de Bangladesh (HOSSAIN *et al.*, 2018), a renda não agrícola contribuiu para a redução da pobreza rural em grau e em severidade.

O incentivo às atividades pluriativas e não agropecuárias como alternativa para reduzir a pobreza rural, contudo, ainda é pouco explorado na formulação das políticas públicas. Embora o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) disponibilize crédito de apoio às atividades não agropecuárias, o programa ainda tem como maior foco o crédito para o custeio e investimento de atividades agropecuárias. Ademais, o programa apresenta um forte caráter concentrador dos recursos financeiros para agricultores em melhores situações socioeconômicas, que produzem as principais *commodities* e nas regiões mais produtivas do país (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essa configuração reforça que, na prática, o programa atende mais ao aspecto da produção agropecuária e a um grupo de produtores em melhor situação financeira do que agricultores familiares pluriativos.

Além do déficit em políticas públicas específicas destinadas às atividades pluriativas e não agropecuárias, as principais instituições agrárias – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – não consideram essas atividades como meio de sobrevivência nos assentamentos rurais (CHASE, 2010).

As intervenções em prol da redução da pobreza rural não podem desconsiderar os setores tipicamente não agropecuários, tendo em vista que esse espaço é multissetorial (atividades pluriativas) e multifuncional (funções de produção, ambiental, ecológica, social) (KAGEYAMA, 2004). Além disso, atividades não agropecuárias crescem (mesmo que lentamente) nas camadas mais pobres da população, como é o caso das famílias rurais nordestinas (NASCIMENTO, 2005), e contribuem positivamente na renda familiar, o que pode favorecer maiores acessos a bens de consumo duráveis.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada sob uma abordagem quantitativa, a qual se caracteriza por utilizar variáveis cujas relações são passíveis de serem analisadas a partir de ferramentas estatísticas (CRESWELL; CRESWELL, 2021). Quanto à natureza, pode ser compreendida como aplicada, haja vista que se voltou de forma específica para uma situação particular (COSTA LIMA; SUNGU, 2022), no caso os domicílios rurais. Considerando-se os objetivos que se pretende atingir, pode-se, ainda, classificá-la como descritiva, uma vez que envolveu o levantamento de informações sobre uma dada população (GIL, 2008).

Descrição da amostra e fonte dos dados

As unidades de observação foram os *domicílios* rurais, que podem ser constituídos de famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas. Para representar os domicílios rurais foi utilizada a denominação de *família extensa*, conforme metodologia proposta pelo Projeto Rurbano (IE/ Unicamp)⁴, que entende esse tipo de família como aquela que é formada não apenas pela família “tradicional” (pais e filhos de laços sanguíneos), mas também por indivíduos que podem ou não possuir algum grau de parentesco e seus agregados, que vivem num mesmo domicílio. Nessa denominação não são contabilizados os indivíduos na posição de pensionistas e empregados domésticos e os seus parentes.

Foram estudadas as famílias que trabalham por conta-própria e que praticam atividades: (i) *agrícolas* – quando um dos membros pratica a agricultura e os demais *não* exercem atividades não agrícolas; (ii) *não agrícolas* – quando nenhum dos membros pratica atividades agrícolas e pelo menos um deles exerce atividades não agrícolas; e (iii) *pluriativas*⁵ – quando um dos membros pratica atividades agrícolas e um dos demais atividades não agrícolas.

Tomando por base os trabalhos de Del Grossi (2019) e de Nascimento, Aquino e Del Grossi (2020) – que mostraram que, após a aplicação dos critérios da Lei da Agricultura Familiar de 2006 (e do Decreto de 2017 que a regulamentou), a agricultura familiar torna-se quase que totalmente agropecuária (monoativa) e, de outro lado, as famílias de contas-próprias que são excluídas da classificação de agricultura familiar são predominantemente pluriativas –, conside-

⁴ A metodologia utilizada nos trabalhos do Projeto Rurbano está disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano/>

⁵ O projeto Rurbano adota dois tipos de pluriatividade: a pluriatividade *tradicional*, que pode ser captada quando, por exemplo, um dos membros de uma família declarou ser conta-própria agrícola e outro membro assalariado agrícola; e a *intersetorial*, quando pelo menos um dos membros trabalha na agricultura e os demais em atividades não agrícolas. O enfoque maior, contudo, foi dedicado à pluriatividade intersetorial.

raremos, portanto, com base nesses estudos, como proxy de agricultura familiar, apenas as famílias de trabalhadores por conta-própria agropecuárias (monoativas).

A delimitação geográfica do estudo abrangeu as regiões Nordeste e Sul. Conforme já citado na Introdução deste trabalho, elas apresentam diferenças socioeconômicas marcantes, o que justifica a escolha das famílias rurais nordestinas e sulinas para fins de comparação, e, sobretudo, para avaliar o impacto das atividades não agropecuárias nas mesmas.

Os domicílios pesquisados foram analisados tendo como base um conjunto de indicadores levantados junto aos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Essa ferramenta para levantamento de dados torna-se útil por permitir uma análise temporal e espacial dos domicílios rurais, segundo as suas atividades agrícolas, pluriativas e não agrícolas.

A análise compreendeu os anos de 2002 a 2015 por ser o período (especialmente nas décadas dos anos 2000) que mais se beneficiou com as políticas públicas sociais. Não foi possível cobrir o início da década dos anos 2000 em razão de alguns impedimentos: primeiro que em ano de Censo Demográfico não há realização da PNAD, então não existem dados para o ano de 2000, o que também se aplica para o ano de 2010; segundo, em decorrência de a PNAD ter incorporado, a partir de 2002, na sua metodologia de classificação de ocupações de pessoas, os procedimentos da Classificação Brasileira de Ocupação Domiciliar (CBO) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE). Ademais, a separação em dois períodos (2002 a 2009 e 2011 a 2015) justifica-se pelo fato de o rural da década de 2000 não ser o mesmo da década seguinte (a partir de 2010, ano do CD), em decorrência das mudanças das delimitações de rural e urbano que são estabelecidas pelas Prefeituras e Câmaras Municipais e são seguidas pelas PNADs posteriores (no presente caso, 2011 a 2015). O estudo encerra-se em 2015, por ser o último ano da PNAD. Não utilizamos a PNAD *contínua* (que se inicia em 2012) porque a sua nova metodologia não permite a comparação com os dados das PNADs de 2002 a 2009.

As variáveis de bens de consumo selecionadas junto a PNAD foram: fogão, geladeira, máquina de lavar, rádio, televisão, microcomputador e telefone móvel. Julgamos que as variáveis selecionadas possibilitam apreender, em alguma magnitude, como a evolução das atividades praticadas no meio rural podem ter influência no acesso a bens de consumo.

Análise da taxa de crescimento das variáveis socioeconômicas nos domicílios rurais

A pesquisa foi realizada para os domicílios de contas-próprias agropecuários, não agropecuários e pluriativos, considerando o período de 2002 a 2015. Isso permitiu visualizar a evolução dos distintos contingentes familiares rurais (e suas rendas) ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas.

Para isso, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, mais especificamente análise tabular (tabelas de distribuição de frequência e de contingência). Todos os aspectos foram analisados para as regiões Nordeste e Sul de forma comparativa, em que foram avaliadas as taxas de crescimento do número de famílias para cada uma das variáveis estudadas.

A evolução das variáveis foi realizada por meio do cálculo de taxas de crescimento⁶ obtidas a partir do seguinte modelo de regressão log-linear contra o tempo⁷:

$$Y_t = a + bt \quad (1)$$

onde:

Y_t = Número de famílias para cada variável

b = taxa de crescimento

t = tempo (ano da PNAD; $t = 2002, 2003, \dots, 2015$)

Teste de Kruskal-Wallis para comparação dos percentuais de acesso a bens de consumo duráveis por tipo de atividade praticada pelas famílias rurais

Acrescenta-se o teste de Kruskal-Wallis como ferramenta metodológica entre as famílias agropecuárias, pluriativas e não agropecuárias. Os valores médios em cada grupo foram comparados por meio de Anova (teste paramétrico) ou teste Kruskal-Wallis (não paramétrico), sendo o segundo a alternativa adotada quando os pressupostos de normalidade dos dados e homogeneidade de variância foram violados e quando as variáveis envolvidas foram do tipo qualitativa ordinal.

As hipóteses do teste de Kruskal-Wallis são similares às hipóteses da Anova.

$H_0: \theta_1 = \theta_2 = \dots = \theta_k$ (não há diferença entre os grupos)

$H_0: \theta_i \neq \theta_j$ ($i \neq j$ e $i, j = 1, \dots, k$) (há diferença entre os grupos)

A estatística do teste, conforme Gibbons e Chakraborti (2003) é obtida por:

$$\chi^2 = \frac{12}{n(n+1)} \sum_{j=1}^k \frac{R_j^2}{n_j} - 3(n+1)$$

onde:

k = número de amostras

n_j = número de elementos na amostra "j"

R_j = soma dos postos na amostra (coluna) "j"

n = número total de elementos em todas as amostras combinadas

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente será feita uma breve apresentação e análise das rendas médias dos diferentes tipos de famílias rurais selecionados das duas regiões em apreço, com o intuito único de subsidiar a análise do acesso aos bens de consumo por esses tipos familiares. Uma primeira observação, a partir da Tabela 1, é a de que as rendas médias das famílias agropecuárias são

⁶ Essas taxas de crescimento são médias anuais que levam em consideração todos os anos da série de tempo, ou seja, não são calculadas apenas entre os dois extremos de cada período. Cabe também informar que, apenas por falta de espaço, não apresentamos na Tabela todos os anos de cada período analisado.

⁷ O modelo de regressão log linear contra o tempo é utilizado quando se deseja obter as taxas de crescimento em uma série de tempo.

inferiores às rendas médias das famílias pluriativas e não agropecuárias, nas duas regiões e ambos os períodos sob análise.

Observa-se, também, na Tabela 1, que as famílias sulinas apresentaram rendimentos mais elevados comparativamente às famílias nordestinas, em todos os tipos de famílias analisadas. Esse resultado retrata as características das regiões, posto que o Sul apresenta condições climáticas, sociais e econômicas mais favoráveis às atividades agropecuárias e não agropecuárias do que o Nordeste.

Tanto do ponto de vista das rendas médias totais quanto da composição das mesmas, importa destacar que é incontestável a contribuição das atividades não agropecuárias na renda dos domicílios rurais do Sul (bem como do Nordeste), que é notadamente mais elevada, comparativamente à renda proveniente da agropecuária. Isso reafirma a importância econômica das atividades não agropecuárias para o rural dessas regiões (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição das rendas médias das famílias rurais contas-próprias, por tipo de atividade. Nordeste e Sul, 2002 e 2015

Tipo de Família	Renda Média (em R\$)		Agropecuária (%)		Não Agropecuária (%)		Aposentadorias/ Pensões (%)		Outras Fontes (%)	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015
	Nordeste									
Agropecuária	660,36	1.006,90	48,5	24,4	0,0	0,0	44,9	57,3	6,6	18,3
Pluriativo	1.054,97	1.779,19	30,7	21,0	44,3	45,9	19,8	21,2	5,2	11,9
Não agropecuária	937,08	1.536,34	0,0	0,0	84,5	72,6	10,9	18,7	4,6	8,7
Sul										
Agropecuária	1.457,55	2.490,08	71,1	62,8	0,0	0,0	24,6	34,2	4,2	3,0
Pluriativo	2.111,48	3.911,44	34,2	34,8	48,5	48,2	14,3	15,6	3,0	1,5
Não agropecuária	2.032,73	2.999,26	0,0	0,0	88,0	85,2	8,8	13,4	3,2	1,4

Nota: Foi adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)/IBGE para correção dos valores monetários, referente a setembro de 2015 (semana de referência da PNAD).

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

O acesso ou a privação a bens de consumo essenciais podem indicar uma noção da vulnerabilidade econômica e social das famílias rurais. O uso do fogão a gás por parte das famílias mais pobres pode ter como determinante o fator econômico. Pensando nisso, foi criado, em 2001, o programa Vale Gás ou Auxílio-Gás. O repasse de renda aos beneficiários desse programa pode ter favorecido o crescimento significativo do uso do fogão a gás por parte das famílias agropecuárias no Nordeste e nas famílias não agropecuárias da Região Sul entre 2002 a 2009 (Tabela 2), período que cobre a criação e o término do programa Vale Gás.

O benefício repassado às famílias para a compra do botijão de gás foi posteriormente incorporado ao programa Bolsa Família. Em 2015, contudo, dos domicílios que dispõem de fogão em casa apenas 64,6% e 49,78% das famílias agropecuárias nordestinas e sulinas possuem fogão a gás, respectivamente (Tabela 2). Ou seja, uma considerável parcela das famílias rurais ainda possui fogões com combustível à lenha como fonte primária ou secundária de energia.

Além do baixo percentual, observa-se uma estagnação nas taxas de crescimento dos domicílios rurais com fogão a gás nas duas regiões analisadas no final do segundo período (Tabela 2). Destacam-se os domicílios não agropecuários (seguidos dos pluriativos) como os que portam os maiores acessos a essa variável entre os tipos de atividades e regiões estudadas (Tabela 2). Esse achado pode ter como fator explicativo as maiores rendas provenientes das atividades pluriativas e não agropecuária.

Tabela 2 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *fogão a gás*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	43,6	54,9	2,8**	62,9	64,6	2,1	0,00*
	Pluriativo	57,6	58,9	0,3	64,1	70,7	3,7	
	Não agropecuária	82,3	82,4	0,5	89,4	87,4	-0,3	
Sul	Agropecuária	39,8	42,3	3,5	54,7	49,8	-1,09	0,00*
	Pluriativo	48,3	52,7	0,91	74,6	62,8	-2,59	
	Não agropecuária	76,9	88,1	2,64*	89,1	90,1	0,14	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

A geladeira é, sem dúvida, um dos itens mais essenciais em um domicílio. O acesso a esse bem cresceu de forma considerável em, praticamente, todo o rural nordestino e sulino (Tabela 3). Não se pode justificar, entretanto, o crescimento considerável da geladeira nos domicílios rurais apenas com a sua essencialidade. Acredita-se, também, como uma hipótese razoável (a ser investigada em outro estudo), que a ação do Programa “Luz no Campo”, que universalizou o acesso à energia elétrica, pode ter possibilitado o uso de eletrodomésticos. Além disso, a expansão do crédito e o pagamento a prazo podem ter contribuído, igualmente, para o desempenho dessa variável, especialmente no primeiro período analisado.

A respeito dos percentuais dos domicílios rurais que possuem geladeira, destacam-se, nas famílias agropecuárias nordestinas, o baixo acesso a esse bem em 2002 e o patamar que alcançaram em 2015, passando de 29,9% para 91,3% (Tabela 3). Esse salto considerável no percentual de famílias agropecuárias com geladeira no Nordeste rural ao longo do período analisado, teve como contribuição adicional a diminuição da distância entre os grupos de famílias com acesso a esse item doméstico no último período analisado. Caldas e Sampaio (2015), contudo, em um estudo para o Nordeste brasileiro, verificaram que, dentre os itens mais essenciais em um domicílio, a geladeira é o bem que mais falta nos mesmos.

Em contrapartida, na Região Sul os domicílios rurais com geladeira já atingiam percentuais elevados em 2002. Esses resultados reproduzem e reafirmam a diferença socioeconômica entre as duas regiões estudadas.

Embora seja louvável a evolução do percentual de famílias agropecuárias com geladeira no domicílio ao longo do período analisado, observa-se que os maiores acessos a essa variável ainda são logrados pelas famílias que praticam atividades pluriativas e não agropecuárias no Nordeste e Sul em 2015 (Tabela 3). Reafirma-se o papel da renda monetária como fator

responsável por essa diferenciação por grupo familiar, dado que qualquer ação de incentivo ao bem (como redução de impostos, expansão do crédito e facilidade de pagamento) privilegiou todas as famílias, independentemente da atividade praticada.

Tabela 3 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *geladeira*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	29,9	62,9	10,9*	79,3	91,3	3,5*	0,00*
	Pluriativo	50,6	80,9	6,3*	87,7	96,6	2,2**	
	Não agropecuária	56,3	79,9	5,3*	86,6	93,8	1,9***	
Sul	Agropecuária	86,3	94,9	1,3*	96,3	98,7	0,5****	0,00*
	Pluriativo	96,3	96,3	0,3	98,4	99,0	0,1	
	Não agropecuária	92,2	98,8	1,2*	100	100	0,2	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

Observa-se que a máquina de lavar apresenta taxas de crescimento consideráveis nas duas regiões e períodos analisados (Tabela 4). O crescimento no acesso a esse bem (assim como na geladeira e fogão) pode ter tido como incentivo a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) sobre eletrodoméstico de linha branca e a facilidade nas condições de pagamento.

Observa-se, na Tabela 4, no entanto, que o rural nordestino apresenta um baixo percentual de famílias que possuem máquina de lavar no domicílio, independentemente da atividade praticada. Isso pode estar relacionado com três fatores principais: a questão cultural, pois no Nordeste mostra-se ainda bastante forte a tradição de lava roupa às margens dos rios; o baixo acesso à água canalizada, o que dificulta a utilização da máquina de lavar; e o grau de essencialidade desse bem, que parece não ser tão necessário nos afazeres domésticos nesta região. Ressalta-se, porém, que as famílias não agropecuárias (seguidas das pluriativas) são as que possuem o maior percentual de acesso a esse bem. Nesse caso, a maior renda proveniente dessas atividades seria o fator mais plausível para explicar esse resultado.

A Região Sul, ao contrário do Nordeste, exibe um acesso razoável de suas famílias/domicílios rurais com máquina de lavar em 2015. Essa configuração (em favorecimento da Região Sul) expõe as condições socioeconômicas das duas regiões, quando o Nordeste apresenta famílias rurais que convivem com secas recorrentes, adotam técnicas agrícolas rudimentares e enfrentam um mercado não agropecuário com baixo dinamismo econômico, fatores que inviabilizam demasiadamente a renda familiar. Já a Região Sul possui uma agricultura forte e competitiva, além da diversificação e concentração dos principais setores da economia (indústria, comércio e serviços e subsetor da construção civil), atrás apenas do Sudeste (POCHMANN; SILVA, 2020). Em vista disso, percebe-se que a economia da Região Sul se encontra estruturada nos três setores da economia, o que confere uma maior dinâmica econômica, com reverberação sobre o mercado de trabalho local e, conseqüentemente, na renda familiar.

Tabela 4 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *máquina de lavar roupa*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	0,5	1,2	23,8**	3,7	6,0	14,3*	0,00*
	Pluriativo	0,5	4,5	-	6,1	12,1	14,8	
	Não agropecuária	4,3	8,4	10,4*	13,3	17,4	7,6**	
Sul	Agropecuária	16,2	32,9	8,2*	44,5	58,9	6,4**	0,00*
	Pluriativo	26,0	44,2	4,7**	55,1	72,4	6,6**	
	Não agropecuária	39,8	61,5	5,5**	66,4	79,5	4,5*	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

A respeito do acesso aos meios de comunicação, observa-se que a posse pelos domicílios rurais do aparelho de rádio já alcançava elevados percentuais em 2002 (quando comparados a outros bens) nas Regiões Nordeste e Sul (Tabela 5). Isso pode ser decorrente do preço mais acessível desse bem e da não necessidade (de alguns aparelhos) do uso de energia elétrica, como é o caso do rádio a pilha.

No que se refere à posse do rádio de acordo com a atividade praticada pelo domicílio, nota-se, na Tabela 4, que as famílias agropecuárias e pluriativas foram as que se destacaram no acesso a essa variável. Observa-se, porém, ainda, que o percentual de domicílios rurais que possuem rádio está diminuindo ao longo do tempo, principalmente no último período analisado, quando se observam as taxas de crescimento negativas em quase todo o rural nordestino e sulino (Tabela 5). Isso pode ter relação com a facilidade de acesso criada nos últimos anos a outros veículos de comunicação que podem substituir o uso do rádio, como a televisão.

Tabela 5 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *rádio*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	75,1	75,9	0,3	73	67,4	-1,7**	0,07*
	Pluriativo	80,9	83,7	0,7**	75,7	72,0	-1,9	
	Não agropecuária	79,0	79,1	0,6***	71,6	67,7	-1,3**	
Sul	Agropecuária	94,4	96,0	0,3*	96,7	93,7	-0,9**	0,49
	Pluriativo	97,0	99,1	0,2	96,6	91,6	-1,1***	
	Não agropecuária	92,5	92,9	0,2	89,9	83,8	-1,8**	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

O elevado percentual de domicílios com televisão nas duas REGIÕES analisadas comprova a popularidade desse bem no rural. Essa onda de crescimento, especialmente no primeiro período analisado, pode ser decorrente do aumento do consumo das famílias no governo Lula (SICSÚ, 2019), assim como pode ter ocorrido com os outros bens.

O crescimento do acesso à televisão foi mais expressivo nas famílias agropecuárias das duas regiões e ocupações estudadas (Tabela 6). Isso teve como efeito positivo a “homogeneização” do rural no acesso à televisão ao final do período, ou seja, esse bem passou a estar presente em quase todos os domicílios rurais, o que diminuiu a discrepância no acesso por tipo de atividade praticada.

Apesar do crescimento considerável das famílias agropecuárias com televisão no domicílio, nota-se que as famílias pluriativas e não agropecuárias são as que detêm os maiores acessos à variável televisor em 2015, provavelmente em consequência das suas maiores rendas (Tabela 6). Ressalta-se que as famílias rurais nordestinas não agropecuárias (seguidas das pluriativas) já possuíam os maiores acessos desde 2002. Em termos regionais, os maiores percentuais de acesso a essa variável são das famílias sulinas. Caldas e Sampaio (2015) apuraram, porém, que a televisão é o bem que mais falta nos domicílios da Região Sul (em termos absolutos), comparativamente aos itens fogão e geladeira.

Tabela 6 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *televisão*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	34,0	74,4	12,8*	85,8	90,6	1,3*	0,00*
	Pluriativo	54,2	90,0	8,4*	95,4	96,4	0,4	
	Não agropecuária	64,1	91,4	6,3*	91,8	95,7	1,0**	
Sul	Agropecuária	67,0	91,1	4,4*	93,7	96,8	0,5	0,00*
	Pluriativo	86,3	96,4	1,4*	98,1	97,2	-0,2	
	Não agropecuária	81,7	97,1	2,5*	95,9	95,5	-0,3	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

A Tabela 7 mostra um crescimento positivo nos domicílios rurais com microcomputador em períodos distintos nas duas Regiões analisadas. No Nordeste as taxas de crescimento mostraram-se positivas e significativas apenas no segundo intervalo de tempo; já no Sul o crescimento no acesso a microcomputador foi notado nos dois períodos analisados em quase todos os tipos de famílias/domicílios. Observa-se, todavia, também que esse crescimento não foi capaz de produzir altos níveis de acessos por partes das famílias rurais à variável microcomputador.

A comparação em termos regionais mostra que as famílias rurais sulinas apresentam maiores acessos à variável microcomputador (Tabela 7). Esse melhor resultado para a Região Sul pode ter como explicação o elevado nível de escolaridade dos seus residentes em comparação à Região Nordeste.

No geral, mais uma vez, observa-se que as famílias não agropecuárias são as que possuem o maior percentual de domicílios com microcomputador no rural nordestino e sulino (Tabela 7). O baixo acesso dos domicílios rurais nordestinos e sulinos com posse de microcomputador pode ser decorrente de três possíveis fatores: a) a menor relevância do microcomputador ante a lista de prioridades de bens das famílias rurais; b) a baixa escolaridade da população rural (especialmente dos nordestinos), o que dificulta o acesso a tecnologias de maior complexidade;

e c) a falta de infraestrutura no rural, com poucos domicílios com acessos à internet, o que pode desmotivar a compra desse bem.

Os domicílios que dispõem de microcomputador com acesso à internet no rural são ainda mais insuficientes do que se verifica na Tabela 6. De acordo com os Microdados da PNAD, no ano de 2015, apenas 13,1% e 36,4% dos domicílios de contas-próprias nordestinos e sulinos, respectivamente, possuíam microcomputador com acesso à internet. Embora seja um resultado insatisfatório, dada a importância desse item, destaca-se a evolução no seu acesso que, em 2002, correspondia a 0,5% dos domicílios de contas-próprias nordestinos e 0,7% dos contas-próprias no Sul. Ressalta-se a importância do acesso à internet no rural, uma vez que, além de levar informação, entretenimento e comunicação para a população, poderia tornar também esse espaço mais atrativo para os jovens, com possibilidade de maior permanência desse grupo no campo.

Tabela 7 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *microcomputador*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
				2002/2009 ^a			2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	0,1	0,4	-	1,1	3,5	29,7**	0,00*
	Pluriativo	0,0	2,8	-	5,2	14,4	27,6***	
	Não agropecuária	0,6	6,9	-	13,2	17,6	11,3	
Sul	Agropecuária	2,0	10,6	30,2*	16,0	23,0	9,4**	0,00*
	Pluriativo	5,7	28,5	27,1*	42,5	53,2	7,2***	
	Não agropecuária	4,9	25,4	23,4*	45,1	48,3	0,3	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria..

Finalmente, dentre os itens de comunicação, o telefone móvel foi o que apresentou as maiores taxas de crescimento no rural nordestino e sulino (Tabela 8). Isso pode ser decorrente (além dos outros fatores citados anteriormente) da melhoria do serviço em sinal de cobertura que conseguiu, nos últimos anos, expandir-se e chegar às áreas mais remotas no rural. Ademais, as novas mídias podem ser facilmente acessadas por esses aparelhos.

O percentual de acesso a essa variável aumentou consideravelmente ao longo do período analisado, principalmente nas famílias nordestinas (Tabela 8). O acesso ao telefone móvel, entretanto, é maior nas famílias rurais sulinas desde 2002, possivelmente devido ao Sul apresentar melhores condições de infraestrutura comparativamente às famílias rurais do Nordeste.

Observa-se, na Tabela 8, que os domicílios pluriativos e não agropecuários possuem os maiores percentuais de acessos ao telefone móvel comparativamente aos domicílios agropecuários nas duas regiões e períodos analisados. Resultados similares foram encontrados quando comparados os domicílios pluriativos e agropecuários no acesso à variável telefone móvel, em um estudo de caso realizado no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER *et. al.*, 2006) e no rural da região Norte (BEZERRA, 2021).

Tabela 8 – Evolução percentual dos tipos de famílias rurais com *telefone móvel*. Nordeste e Sul, 2002 a 2009 e 2011 a 2015

Região	Tipo de Família	2002	2009	Δ (% aa.)	2011	2015	Δ (% aa.)	Teste de Kruskal Wallis (2015)
							2011/2015 ^a	
Nordeste	Agropecuária	1,6	26,9	54,3*	50,4	63,2	6,6**	0,00*
	Pluriativo	6,0	53,4	41,7*	68,2	84,7	5,5**	
	Não agropecuária	11,3	60,3	27,8*	70,6	83,9	4,7*	
Sul	Agropecuária	24,5	70,0	15,5*	76,6	85,9	2,6**	0,00*
	Pluriativo	42,7	88,0	10,0*	92,1	94,1	0,7	
	Não agropecuária	44,7	84,3	10,9*	90,7	95,4	1,4**	

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência dos dados. *, **, *** significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

Fonte: IBGE, 2015. Tabulações Especiais Projeto Ieri/UFU. Elaboração própria.

Por fim, observou-se que, no geral, as taxas de crescimento no acesso a bens de consumo foram maiores no primeiro intervalo de tempo (2002 a 2009), período conhecido como a era do consumo das famílias. Embora este trabalho não tenha como intenção discutir a política econômica adotada nesse período e que justifique tal aumento no consumo, é oportuno citar, pelo menos, hipotéticas razões⁸ que levaram a tal desempenho, a saber: as políticas de repasses de renda (como o Bolsa Família e as aposentadorias rurais), o Programa Luz no Campo, a valorização do salário mínimo, a expansão do crédito e a facilidade de pagamento. Como, porém, esses fatores também estavam presentes no segundo período (2011 a 2015), convém considerar, portanto, que, estatisticamente, a *base* inicial (dos indicadores de consumo) do primeiro período era menor do que a *base* inicial do segundo período, o que, por si só, faz com que as taxas de crescimento do primeiro período sejam maiores (ou seja, mero efeito estatístico, diferenciando um período do outro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre renda e acesso a bens de consumo em áreas rurais apresenta especificidades ainda pouco exploradas. As análises realizadas na pesquisa permitiram um maior entendimento dessa relação em uma perspectiva desagregada em termos de fontes de renda que pode contribuir para fundamentar estudos futuros na temática, os quais devem reconhecer em seus modelos teóricos o caráter diferenciado das fontes de renda não agropecuárias, pluriativas e agropecuárias como determinantes do acesso a bens.

Apesar de se tratar de um estudo aplicado sem maiores pretensões teóricas, acredita-se que as relações observadas e discutidas entre os diferentes tipos de renda e o acesso a bens duráveis despertam para a necessidade de incorporar aos modelos teóricos de desenvolvimento rural as especificidades e o caráter diferenciado dessa causalidade, chamando a atenção

⁸ Indicamos apenas como *hipotéticas razões*, porque, embora plausíveis, seria necessário outro estudo para analisar uma possível causalidade entre políticas públicas, tais como as mencionadas e a evolução do consumo de bens duráveis nos domicílios aqui investigados.

para a importância de desagregar a renda no entendimento dos fatores que contribuem para o consumo e bem-estar das famílias rurais.

De modo mais aplicado, os resultados permitiram inferir que os acessos das famílias rurais a bens duráveis seguem uma hierarquização de consumo, ou seja, os maiores acessos dos domicílios rurais estão ligados a itens mais essenciais, como fogão, geladeira, televisão e telefone móvel. Embora seja perceptível o crescimento no acesso às variáveis máquina de lavar e microcomputador, os percentuais de acesso a tais bens ainda são insatisfatórios ao final do segundo período analisado (2011 a 2015).

Em termos regionais, os resultados reforçam as observações feitas anteriormente acerca da determinação que a dinâmica socioeconômica de cada região imprime sobre cada variável estudada. Ou seja, os melhores índices socioeconômicos auferidos pela Região Sul (escolaridade, infraestrutura, dinamicidade do mercado) se materializam em maiores acessos a bens de consumo duráveis.

A respeito da relação da atividade desempenhada pelas famílias e o acesso a bens de consumo, notou-se que as famílias não agropecuárias, pluriativas e agropecuárias apresentaram, nessa ordem, os maiores acessos a bens de consumo. Essa configuração ratifica que os maiores acessos dos domicílios rurais podem estar positivamente relacionados ao tipo de atividade que a família pratica. As famílias não agropecuárias alcançaram os maiores percentuais das variáveis analisadas provavelmente em virtude de a renda não agropecuária ser mais elevada e mais estável.

Ressalta-se, contudo, que a renda não agropecuária (responsável por parte significativa da renda pluriativa e da própria atividade não agropecuária) advém de uma ampla gama de atividades que vai desde empregos informais de baixa remuneração – vendas ambulantes, emprego doméstico, costura/artesanato, construção civil, transporte não regularizado – até empregos que remuneram mais – indústria da transformação, agroindústria, serviço público, aluguéis de máquinas agrícolas ou de moradias, operador de máquinas agrícolas, turismo rural.

Nesse sentido, acredita-se que a heterogeneidade de ocupações não agropecuárias presente no rural produz diversos níveis de renda que, por sua vez, repercutem em diferentes percentuais de acessos a bens de consumo duráveis dentro de um mesmo grupo. Desse modo, sugere-se, como pesquisas futuras, verificar a relação existente entre condições sociais das famílias não agropecuárias e o nível de renda familiar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, suppl. 1, p. 167-188, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SpDBWkXmCLBf43kPc35MG4H/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BATISTA, E. Pobreza rural e políticas sociais nas sociedades contemporâneas: uma experiência no Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, p. 109-134, 2018. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2018.14.004>: Acesso em: 5 jan. 2021.

BEZERRA, F. D. S. *Dinâmica das ocupações e a “nova” ruralidade na região Norte do Brasil: desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural*. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.117>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. The measurement of multidimensional poverty. *The Journal of Economic Inequality*, v. 1, p. 25-49, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1023913831342>. Acesso em: 8 jan. 2021.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, p. 74-96, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055271914>

CHASE, J. The place of pluriactivity in Brazil's agrarian reform institutions. *Journal of Rural Studies*, n. 26, p. 85-93, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2009.07.001>

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

COSTA LIMA, Herlânder Cláudio; SUNGU, Kialanda João Ndombele. Pesquisa aplicada como factor de sucesso na concepção e materialização das políticas públicas a nível da governação local. *Revista Científica Acertte*, v. 2, n. 2, p. e2260-e2260, 2022.

DEL GROSSI, M. A Identificação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017. *Revista Necat – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.

GIBBONS, J. D.; CHAKRABORTI, S. *Nonparametric Statistical Inference*. Nova York: Marcel Dekker Inc., 2003.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 12 dez. 2020.

HIMANSHU, A.; LANJOUW, P.; MURGAI, R.; STERN, N. Non-Farm Diversification, Poverty, Economic Mobility and Income Inequality: A Case Study in Village India. *Policy Research Working Paper*, n. 6.451, 2013. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/15555/WPS6451.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HOSSAIN, M. J.; DEBNAT H, A.; IMAM, M. F.; ISLAM, M. A.; ELAHI, F. Effects of Non-Farm Income on Poverty and Inequality in Rural Bangladesh. *Bangladesh Journal of Agricultural Economics*, v. 39, n. 1-2, p. 31-44, 2018. Disponível em: Effects of Non-Farm Income on Poverty and Inequality in Rural Bangladesh. Acesso em: 11 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Microdados*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

JANVRY, A.; SADOULET, E.; ZHU, N. The Role of Non-Farm Incomes in Reducing Rural Poverty and Inequality in China. *Department of Agricultural & Resource Economics, UCB*. 2005. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/25043>. Acesso em: 17 set. 2020.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>. Acesso em: 6 jan. 2021.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 13 jan. 2021.

KRETER, A. C.; DEL-VECCHIO, R.; STADUTO, J. A. R. Condições habitacionais como um indicador de pobreza nas áreas rurais do Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 46, p. 77-96, 2015.

LEMMI, A. The fuzzy approach to multidimensional poverty: the case of Italy in the 90s. In: INTERNATIONAL CONFERENCE – THE MANY DIMENSIONS OF POVERTY. *Anais [...]*. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312618499_The_fuzzy_set_approach_to_multidimensional_poverty_The_case_of_Italy_in_the_1990s. Acesso em: 21 jan. 2021.

MAT, S. H. C.; JALIL, A. Z. A.; HARUN, M. Non-Farm Income Improve the Poverty and Income Inequality Among Agricultural Household in Rural Kedah? *Procedia Economics and Finance*, v. 1, p. 269-275, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567112000317>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MESQUITA, D. F. S.; NASCIMENTO, C. A. do.; LIMA, P. V. P. S. Income and access to infrastructure in de rural households in northeast Brazil. *International Journal of Development Research*, v. 10, n. 8, Aug. 2020, p. 39.221-39.228. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/income-and-access-infrastructure-rural-households-northeast-brazil>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. 2005. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2005.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. 3, e240128, 2022.

OLIVEIRA, R. P.; AQUINO, J. R. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, p. 115-130, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344399369_A_Previdencia_Rural_e_sua_importancia_para_as_familias_pobres_no_Nordeste_resultados_de_um_estudo_de_caso_no_Rio_Grande_do_Norte. Acesso em: 10 out. 2020.

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6016>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil – afinal de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. B. C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SEN, A. *Poverty and Famines. An essay an entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SEN, A. *Poverty in the human development perspective: concept and measurement*. Chapter, v. 1, p. 15-23, 1997.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? *Brazil. J. Polit. Econ. (on-line)*, v. 39, n. 1, p. 128-151, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/GRkX8Xwf6QfkrRVqwWKQw3j/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2021.

SILVA, A. F.; SOUSA, J. S.; ARAUJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. *RAP. Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 51, p. 219-239, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/pHHZq8WzJYLLF53txPZ4pNJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980. Acesso em: 13 jan. 2021.

TAIWAO, A. O.; F. A. KUPONIYI. Assessment of the Involvement of Male Farmers in Non Farm Income Generating Activities in Ogo-Oluwa Local Government Area of Oyo-State. *Nigerian Journal of Rural Sociology*, v. 13, n. 3, jun. 2013. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/285296/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36M-Dbyx/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0